

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de **veículos blindados de combate e apoio (ambulâncias) para atendimento dos objetivos estratégicos deste órgão e necessidades da área requisitante.**

GRUPO	ITENS	Descrição	Unidade	CATMAT	Código NCM	Taxa de Câmbio Referencial Dólar	Aliquota IPI 5%, mas tem isenção, conforme Art. 54, Inc. XVIII Decreto 7.212/2010	Aliquota PIS Importação	Aliquota COFINS Importação	Aliquota ICMS	Pedido mínimo	Quantidade máxima a registrar	Valor Unitário Máximo de Referência em Moeda Estrangeira (Dólar Americano)	Valor Total Máximo de Referência em Moeda Estrangeira (Dólar Americano)	Valor unitário máximo de referência sem Equalização (Em Reais)	Valor Total máximo de referência Sem Equalização (Em Reais)	Valor unitário máximo de referência Equalizado (Em Reais)	Valor Total máximo de referência Equalizado (Em Reais)
1	1	VEÍCULO BLINDADO COM SISTEMA REMOTO DE TIRO	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	\$ 992.000,00	\$ 3.968.000,00	\$ 5.535.360,00	\$ 22.141.440,00	R\$ 7.775.830,71	R\$ 31.103.322,85
	2	VEÍCULO BLINDADO COM TORRE ELÉTRICA DE TIRO	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	\$ 705.000,00	\$ 1.410.000,00	\$ 3.933.900,00	\$ 7.867.800,00	R\$ 5.526.170,01	R\$ 11.052.340,02
	3	VEÍCULO BLINDADO AMBULÂNCIA	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	\$ 722.000,00	\$ 1.444.000,00	\$ 4.028.760,00	\$ 8.057.520,00	R\$ 5.659.425,18	R\$ 11.318.850,35
Taxa de câmbio referencial			Determinada para conversão a taxa do dólar do fechamento do mapa comparativo de preços, ou seja, 13/10/2020, correspondente a R\$ 5,58 (cinco reais e cinquenta e oito centavos). Disponível em: <a href="http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxrpesq.asp?id=bcotacao&amp;id=bcotacao">http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxrpesq.asp?id=bcotacao&amp;id=bcotacao</a> . Acesso em 13/10/2020 às 16:42.										R\$ 6.822.000,00		Valor Total da Contratação Sem Equalização, em Reais	R\$ 38.066.760,00	Valor Total da Contratação Equalizado, em Reais	R\$ 53.474.513,22

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 24(vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. FUNDAMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Para utilização do Sistema de Registro de Preços, é preponderante o fato de que hoje o GPI/DREX/SR/PE/RJ conta com 20 equipes com mais 6 operadores lotados em Angra dos Reis. Tal contingente necessita ser incrementado para atingimento das condições ideais no que tange às rotinas de treinamento, ações planejadas e ações de pronto emprego. Entretanto, conforme o princípio da reserva do possível, em decorrência de vários fatores, o incremento no número de operadores pode não ser atendido pela Administração proporcionalmente ao crescimento da demanda, em um cenário em que há diuturnamente recrudescente da criminalidade organizada e violenta. Assim, o Registro de Preços se configura como medida de economicidade e flexibilidade na concretização das aquisições para o Grupo. No momento, há, inclusive, contingente recebendo Instrução no Curso de Formação Policial para incorporação ao órgão. É público e notório que mesmo com a nomeação desses novos policiais o claro de lotação não será preenchido. Há providências por parte do órgão a buscar novo concurso ainda em 2020. Dessa forma, o Registro de Preços prevê instrumento para a compra de equipamentos para o contingente existente e caso novos policiais sejam agregados ao Grupo e a forma de aquisição mais eficiente a disponibilizar meios sem o que o treinamento de novos operadores não pode ocorrer. Ademais, existem equipamentos que podem ser comprados em separado pois apesar de serem usados juntos não guardam problemas com padronização ou interoperabilidade, mas não há razão para aquisição de um item se não houver a aquisição do outro. O Sistema de Registro de Preços é a melhor alternativa nesse caso pois caso seja empreendido procedimento licitatório com sua revogação é medida que só se justifica na hipótese de fato superveniente e imprevisível, gerando questionamentos por parte do licitante vencedor (no caso, a possibilidade de um item ser deserto ou frustrado e outro que lhe complementa não é imprevisível). Ademais, pode haver a necessidade de aquisição de maiores ou menores quantidades em razão de reposições de itens avariados no decorrer da validade do Registro de Preços. Nessa esteira, justifica-se a utilização do Registro de Preços com fulcro no inciso II do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

4.2. Concomitantemente, durante a etapa de Estudo Técnico Preliminar da Contratação, em consulta a outros grupos táticos vinculados à Unidade Central e Superintendências na coleta de informações a respeito de contratações anteriores notou-se que este procedimento pode ser aproveitado por outras unidades para realizarem suas aquisições vez que a carência de material, necessidades e doutrina são as mesmas. O Instituto da Participação em Registro de Preços permite isso de uma forma que cada unidade será responsável pela justificativa de sua demanda em nível local mas a contra se dará em nível regional/nacional. Novamente, o Sistema de Registro de Preços configura a opção mais econômica, célere e flexível não apenas para o planejamento desta unidade. Note-se que há equipamentos de custo elevado. A união de forças, não apenas entre as unidades da Polícia Federal mas também pela admissão da participação de órgãos de outras esferas da Administração no certame aumenta o poder de negociação com melhores preços e, conseqüentemente maior economicidade para a Administração como um todo. Dito isto, visualiza-se amparo para a utilização do Registro de Preços com fulcro no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

**5. FUNDAMENTAÇÃO PARA A VEDAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE ADESAO - CARONA**

5.1. O compartilhamento de processos de aquisição é medida gerencial que visa maior eficiência da Administração. O Decreto 7892/2013 prevê como meio para compartilhamento de processos os institutos da Participação e da Adesão. A Participação se dá desde a fase interna e torna os quantitativos totais demandados conhecidos do mercado, influenciando o preço e a competição. A Adesão, por ser posterior, não tem esse mesmo efeito, mas, ela pode ser facilitada pois a colaboração entre órgãos compensa em agilidade e redução de custos da realização de procedimento licitatório o ganho em escala que não se efetivou em relação aos quantitativos que são agregados ao processo *a posteriori*.

5.2. Não é o caso neste procedimento. Recomenda-se ao gestor que seja facultada a participação de outras unidades da Polícia Federal neste certame mas não a adesão de outros órgãos, pois em face do valor dos objetos (grande parte deles com especificações observadas até o momento apenas no mercado externo) quanto maiores os quantitativos maior a probabilidade de redução de preços, possibilidade que de plano não se concretiza no caso de adesão.

**6. FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO**

6.1. A atividade de Grupos Táticos Especiais é reconhecidamente de risco elevado de vida (tanto para policiais quanto para a população no entorno das ocorrências). Como medida para minimizar tal risco, a doutrina policial adotou a formação de grupos restritos, de elite, em que são concentrados treinamento e recursos materiais para obtenção de resultados que não admitem erros. As rotinas desses grupos exigem uma série de equipamentos especiais, de alto rendimento e tecnologia, não comumente utilizados pelo contingente em geral. A aquisição desses equipamentos seria proibitiva e desnecessária para a totalidade do efetivo policial. Além da segurança e existência das operações realizadas por esses grupos, seu emprego representa economia de recursos públicos, vez que é possível concentrar treinamento, alta especialização e quantidades menores de recursos humanos e materiais para a obtenção de resultado em eventos críticos.

6.2. Este Estudo Preliminar observou, atuando em pesquisa de mercado e de outras contratações efetivadas por grupos táticos policiais semelhantes, que os materiais necessários para fazer frente à criminalidade altamente violenta enfrentada por esses grupos não são, em sua maioria, produzidos em território nacional. Na maioria dos casos, as aquisições de equipamentos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os preços, em face da tributação que recai sobre o produto importado a qual se soma ao lucro que visa a sociedade empresarial.

6.3. Preocupa a inexistência/caráter restrito do mercado nacional para esses produtos. Ao mesmo tempo, derrubar para um padrão inferior as especificações dos equipamentos fornecidos a esses grupos é ignorar a responsabilidade estatal em prover meios para que seus próprios agentes manjem progressivamente o uso da força em eventos tão delicados.

6.4. Na disciplina das licitações, o Pregão, ao inverter a ordem fase de habilitação/fase competitiva para fase competitiva/fase de habilitação acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congregar todos os interessados que antes eram

excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante este Estudo Preliminar, observou-se que essa exclusão do rol de participantes é vital para a obtenção do melhor preço/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas (Art. 42 da Lei 8666/93).

- 6.5. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:
  - 6.6. possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas conforme doutrina e critérios técnicos;
  - 6.7. redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras;
  - 6.8. ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais.
  - 6.9. economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal permitirá a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento no caso de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais.
  - 6.10. Em relação à forma eletrônica, necessário evidenciar que em verdade, as habilitações e cadastros prévios exigidos bem como os certames na forma eletrônica são um grande avanço na sistemática de aquisições do Governo Federal. Essa realidade aplica-se a fornecedores nacionais. Isso porque forma eletrônica exige o cadastro da empresa no sítio de compras do Governo Federal e a chave para tanto é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que restringe a participação de empresas internacionais em nome próprio. A alternativa é a participação dessas empresas por meio de um representante nacional habilitado para tal. Outra problemática diz com a efetivação dos lances e equalização das propostas vez que lances em moeda estrangeira não são aceitos para modalidade ordinária do Pregão no sítio de compras governamentais do Governo Federal. Também não há funcionalidade para equalização das propostas, ficando a cargo dos licitantes conhecer a sistemática de tributos que oneram os bens objeto da licitação, o que pode ensejar equívocos a prejudicar o bom andamento da sessão.
  - 6.11. Conforme histórico citado neste estudo, por essas razões a Polícia Federal utilizou-se em processos anteriores da modalidade Pregão Presencial para certames internacionais. Entretanto, tem-se presenciado a utilização da forma eletrônica por outros órgãos, razão pela qual neste momento a forma eletrônica, que é a de eleição, será empregada.

## 7. DA EQUALIZAÇÃO DOS PREÇOS - VALOR REFERENCIAL E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Conforme § 4º do artigo 42 da Lei 8666/93, as propostas de preço apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.
  - 7.2. Para efeito da disposição acima, as licitantes tanto as nacionais quanto as estrangeiras, deverão demonstrar, em separado, quais os tributos incidentes sobre o produto, discriminando as respectivas hipóteses de incidências, base de cálculo, alíquotas e valores. Os casos de isenções ou imunidades deverão ser declarados.
  - 7.3. Há duas possibilidades de incidência de impostos quando se fala em licitantes estabelecidos no Brasil:
    - 7.4. A licitante nacional é fabricante do produto em território nacional, então o bem é nacional. Nesse caso, incidirão, em uma primeira análise, os impostos: IPI, PIS, COFINS e ICMS.
    - 7.5. A licitante nacional importa o produto. Então o bem é importado. Nesse caso, incidirão, os impostos: II, IPI, PIS-Importação, COFINS-Importação e ICMS.
    - 7.6. Este estudo técnico verificou, por meio da utilização da ferramenta "Sítio de Apoio ao Importador", da Receita Federal do Brasil, os tributos incidentes sobre o bem. As alíquotas gerais mostradas pelo site são: II (35%); IPI (5%); PIS (2,62%) e COFINS (10,65%). Entretanto, a Lei 10.865/2004, que dispõe sobre a PIS e COFINS devidos na importação de bens e serviços, por o bem se encontrar na posição 8705 (NCM 87059090) em seu § 3º do Art. 8º estipula como alíquota para a COFINS valor diferente, ou seja, 12,57%. O próprio site faz a ressalva.
    - 7.7. Na sequência, o Art. 54, inciso XXVIII do Decreto 7212/2010 isenta "os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, os veículos para patrulhamento policial, as armas e munições, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal do IPI.
  - 0.1. O § 4o do art. 42 da Lei 8.666/93 estabelece que, para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda. O objetivo desse dispositivo é, nas licitações internacionais, conforme bem anota o PARECER n. 03414/2020/CIU-RJ/CGU/AGU, "preservar a isonomia e resguardar o desenvolvimento nacional". A lei fala em "licitantes brasileiros" e não em fornecedor, produtos ou fabricante brasileiro mas é imprescindível que se faça a análise do que quis propor o legislador no caso. A previsão do II na equalização das propostas apenas interessa ao fornecedor nacional importador/investidor, ou seja, oferece margem para a participação de um intermediário que aplicará seus custos e lucro sem agregar qualquer qualidade aos bens. Assim, se em um pregão participam dois licitantes, um fornecedor estrangeiro que comercializa produto de fabricação própria e um fornecedor nacional, que importa o mesmo produto do fornecedor estrangeiro, após equalização da proposta, em decorrência do Imposto de Importação, o licitante estrangeiro apresentará provavelmente preço virtual superior ao do nacional e a Administração pagará as despesas e lucros do intermediário, bem como os impostos incidentes (exclusão de importação), para adquirir o mesmo produto que poderia ter comprado por aproximadamente 50% caso houvesse adjudicado o objeto para o licitante estrangeiro. O exemplo explicita que o previsão do imposto de importação não traz qualquer benefício à indústria nacional, apenas incentiva a participação de intermediários na licitação. Nesse contexto, não será aplicado o imposto de importação quando da equalização das propostas de preço.
  - 0.2. Sobre o tema das equalizações em procedimentos licitatórios internacionais, o TCU já se manifestou que a *comparação de preços das licitantes estrangeiras e nacionais, em bases tributárias e de custos totalmente distintas, sem a devida equalização, a exemplo do previsto na licitação em comento, importa em violação aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, devendo, portanto, ser repeliado por este Tribunal (Acórdão 2238/2013-Plenário, TC 008.590/2013-3, relator Ministro José Jorge, 21.8.2013)*. Por isso, a equalização será realizada, entretanto, admitindo o seguinte rol de impostos: IPI (alíquota de 0% para embarcações), PIS, COFINS e ICMS. Durante esta fase fase de estudos técnicos preliminares, foi necessário empreender estudo para prever o impacto da equalização no valor dos bens, inclusive para formação do valor referencial. Mas em virtude da possibilidade de as empresas concorrentes apresentarem regimes tributários e bases territoriais diversas não se recomenda apresentar esquema rígido quanto às alíquotas e sua incidência, devendo o edital prever que ficará a cargo dos licitantes apontarem, no caso concreto, os tributos incidentes sobre os produtos oferecidos o que será analisado e criticado pela Equipe Técnica e responsável pela licitação.
  - 7.8. Assim, as alíquotas aplicadas na equalização foram: II: 0%; IPI: 0%; PIS: 2,62%; COFINS: 12,57%; ICMS 18% (alíquota geral do estado do Rio de Janeiro). Como o pregão é eletrônico, e o portal de compras governamentais ainda não faz a equalização automática, em pregões internacionais comuns, tampouco aceita lances em moeda estrangeira para licitações eletrônicas comuns, o que se faz para poder se utilizar o ambiente eletrônico é orientar os fornecedores a darem seus lances convertidos em moeda nacional e acrescidos dos impostos como se licitantes nacionais fossem. As propostas finais trarão a equalização, mas o preço final da proposta será inserido no sistema como "valor negociado" no caso do licitante estrangeiro ser vencedor e, nesse momento, lançado o valor livre de impostos decorrente da imunidade tributária de que goza a Polícia Federal no caso de importação feita em seu nome.

## 8. DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

- 8.1. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecedoras por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.
  - 8.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.
9. **DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**
  - 9.1. As especificações técnicas detalhadas e requisitos de qualificação técnica constam do Anexo II deste Edital - Caderno de Especificações Técnicas.
  10. **CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS**
    - 10.1. Os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, os quais podem ser escolhidos tão somente com base nos preços ofertados e análise da compatibilidade das especificações técnicas com as exigências do Edital, ainda que sejam oferecidos por diferentes empresas do ramo. O objeto pretendido apresenta características amplamente difundidas, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado;
    - 10.2. Por se tratar de bem comum, e visando a ampliação da competitividade e maior economia ao Erário, a modalidade adotada será o pregão eletrônico para registro de preços conforme hipótese prevista no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.
11. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
  - 11.1. O prazo de entrega dos bens é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, em remessa única ou parcelada conforme contratação por Registro de Preços e livre de qualquer embarço aduaneiro, na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Rodrigues Alves – Saúde nº 01- RJ, CEP: 20.081-250.
  - 11.2. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, com ano de fabricação da data da entrega, entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme proposta apresentada e especificações

técnicas exigidas;

11.3. Eventuais atrasos por conta da emissão do Certificado Internacional de Importação – CII, expedido pelo Exército Brasileiro, serão abatidos do prazo de entrega.

11.4. Em virtude da complexidade do objeto a ser adquirido, sendo formado por diversas subáreas de conhecimento específicos e diferenciados, o objeto será recebido provisório e definitivamente por COMISSÃO ESPECÍFICA, composta por 5 (cinco) servidores designados pela SR/PF/RJ, relacionados tanto ao processo de contratação quanto à utilização final dos veículos, com notórios conhecimentos face às especificações do bem e condições de fornecimento, com objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus anexos;

11.5. O recebimento deverá ser efetuado, mediante termo circunstanciado, em conformidade com as exigências contempladas nos arts. 73 a 76, todos da Lei no 8.666/1993, realizando-se criteriosa verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação, devendo constar do feito as respectivas portarias designando a comissão de recebimento para proceder ao recebimento provisório e definitivo das aquisições dos bens.

11.6. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO se dará em duas etapas, sendo a primeira na fábrica e a segunda no local de entrega, da seguinte forma:

11.6.1. Primeira etapa do recebimento provisório (na fábrica):

11.6.1.1. A Comissão de Recebimento deverá realizar inspeções documentais e inspeções físicas, inclusive com medições, onde se fará também a conferência dos números de identificação de todos os objetos e acessórios, além de verificar minuciosamente as conformidades técnicas do Termo de Referência.

11.6.1.2. Além dos testes de conformidade técnica, serão realizados testes de operação pelo comissão de recebimento, que compreendem em submeter o veículo, seus equipamentos e todos os sistemas a funcionamento em campo de provas onde seja possível verificar o atendimento dos requisitos mínimos de desempenho.

11.6.1.3. O campo de provas, o combustível, as munições, os EPIs (equipamentos de proteção individuais), o treinamento para operar o veículo, os equipamentos e todos os seus sistemas, bem como qualquer outro eventual recurso material serão fornecidos pela CONTRATADA.

11.6.1.4. Por ocasião das inspeções e verificações relativas ao recebimento provisório, se discrepâncias forem identificadas pela CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA efetuar as pertinentes correções imediatamente, fazendo a conclusão da primeira etapa do recebimento provisório concluída ao encerramento dessas correções.

11.6.1.5. A CONTRATADA franqueará o acesso de representantes da Comissão da CONTRATANTE, quando solicitado, ao local onde se encontrar os veículos e sua linha de montagem, a qualquer tempo, a partir da data proposta para início da fabricação dos objetos.

11.6.1.6. Também serão realizados testes de resistência balística nas superfícies opacas e transparentes, onde as amostras escolhidas pelos membros da Comissão deverão ser desmontadas dos veículos e serem submetidas a ensaios em laboratórios acreditados, sendo que:

a) A comissão poderá escolher uma peça opaca e uma transparente de cada veículo para que sejam analisadas como amostras, as quais serão marcadas de forma indelevel pelos seus integrantes;

b) A desmontagem e a remessa das amostras selecionadas serão de responsabilidade da CONTRATADA;

c) A realização de ensaios e emissão de laudo serão executados por laboratório acreditado, cujo escopo de atuação contemple as normas técnicas exigidas nas especificações técnicas presentes neste Termo de Referência;

d) Os custos relativos à emissão dos laudos laboratoriais correrão às expensas da CONTRATADA;

e) A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias corridos para entrega dos laudos conclusivos dos ensaios, contados da entrega das amostras no laboratório indicado.

f) Recebidos os laudos dos ensaios e os relatórios de inspeção visual e de verificação de medidas, a Comissão de Recebimento terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para expedir o resultado, quando as amostras serão declaradas “Aprovadas” ou “Rejeitadas”;

g) Verificada a conformidade das amostras, a CONTRATADA deverá repor os materiais danificados em decorrência das análises, montando novamente em suas respectivas posições.

11.6.1.7. Será lavrado o respectivo Termo de Recebimento Provisório referente à primeira etapa, circunstanciado, assinado pela Comissão de Recebimento e pelo preposto da CONTRATADA, indicando todas as características do processo de recebimento.

11.6.2. No caso de empresa estrangeira fabricante de veículo blindado, o Recebimento Provisório se dará no país de origem do objeto, imediatamente antes do ato de despacho para o Brasil, devendo a CONTRATADA informar a CONTRATANTE, com no mínimo 30 (trinta) dias corridos de antecedência, que o veículo está pronto para verificação, sem prejuízo quanto ao prazo previsto neste Termo de Referência para entrega final.

11.6.3. Havendo o Recebimento Provisório no exterior, bem como qualquer tipo de inspeção preliminar para verificação de conformidade do protótipo, as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem serão arcadas pela CONTRATADA.

11.6.4. Segunda etapa do recebimento provisório (na Sede da CONTRATANTE):

11.6.4.1. Esta etapa acontecerá após finalizados todos os procedimentos alfândegários e de conferência pelo Exército Brasileiro, mediante apresentação de toda documentação aduaneira que a torne desembaraçada junto aos órgãos de fiscalização competentes.

11.6.4.2. Após a chegada dos objetos na Sede da CONTRATANTE, a Comissão de Recebimento fará uma inspeção sucinta dos veículos para verificar se não houve qualquer problema ou inconformidade entre a saída da fábrica e a chegada ao destino final, sobretudo por conta do transporte.

11.6.4.3. Será verificada a qualidade e quantidade mediante apresentação das Notas Fiscais ou Faturas Comerciais (Commercial Invoices), e extratos das Declarações de Importação – DI, do respectivo Certificado Internacional de Importação – CII, conforme a situação aplicável ao fornecedor.

11.6.4.4. O Termo de Recebimento Provisório referente à segunda etapa, circunstanciado, assinado pela Comissão e pelo preposto da CONTRATADA, será lavrado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, contados após a chegada do objeto na Sede da CONTRATANTE, totalmente desembaraçado, e deverá compor-se das respectivas Notas Fiscais/Faturas Comerciais, ou no caso de importações procedentes de CONTRATADA estrangeira, da futura pró-forma (proform invoice).

11.7. O RECEBIMENTO DEFINITIVO acontecerá:

11.7.1. A partir da emissão dos Termos de Recebimento Provisório (primeira e segunda etapas) expedidas pela Comissão de Recebimento.

11.7.2. No prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da concretização dos treinamentos fornecidos pela CONTRATADA, e após a verificação da qualidade e da quantidade dos materiais, com consequente aceitação da integralidade do objeto, inclusive quanto às obrigações acessórias exigíveis em prazo.

11.7.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a substituição dos itens que não estiverem em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos, garantida a facilidade de troca, com ônus às expensas exclusivas da CONTRATADA.

11.7.4. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á imediata substituição dos mesmos dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência, com ônus às expensas exclusivas da CONTRATADA, mantendo-se os direitos da Administração em razão de evasão ou vícios redibitórios.

11.7.5. O recebimento pelo CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de executar o objeto de acordo com as condições contidas no Termo de Referência, no Edital e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a facilidade de troca.

11.7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.10. Para verificação dos padrões internacionais de qualidade técnica, aplicados no processo fabril do veículo blindado que será fornecido, será exigida, na fase de habilitação, a apresentação de laudos de ensaios laboratoriais, expedidos por banco de provas ou laboratórios acreditados, que atestem que os materiais balísticos opacos e transparentes utilizados para a produção dos seus veículos cumprem os requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência.

11.10.1. O laboratório responsável pela emissão do laudo de ensaio não poderá possuir qualquer vinculação com a empresa licitante.

11.10.2. A análise dos laudos será realizada pela comissão de recebimento.

11.10.3. O laboratório deve ser acreditado pelo INMETRO, se em território nacional, ou por instituição similar no país de origem da empresa participante, no caso de empresas estrangeiras.

11.10.4. Os custos dos laudos correrão às expensas da empresa Contratada.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180

(cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

- 12.4. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão Especial, formada por servidores da área técnica e administrativa, na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 12.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, concernentes ao objeto do Contrato.
- 12.6. Comunicar oficialmente à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos equipamentos, para que sejam dotadas as medidas corretivas necessárias.
- 12.7. Sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, no todo ou em parte.
- 12.8. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos durante sua entrega e utilização.
- 12.9. Manter contato com o preposto da licitante contratada, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.
- 12.10. Quando se tratar de produto controlado e restrito, a Contratante solicitará junto ao órgão competente do Ministério da Defesa, o Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 51 do Decreto 5.123/2004, em nome da Contratante, como Importador e da Contratada, como exportador, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.
- 12.11. Fornecer à Contratada todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, caso seja necessário.

#### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 13.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal ou invoice, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 13.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português brasileiro e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 13.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 13.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 13.2. São de exclusiva conta e responsabilidade da Contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis que integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, as obrigações constantes deste item.
- 13.3. São obrigações gerais da Contratada, entre outros aspectos:
- 13.3.1. Responsabilizar-se pelos danos causados a qualquer agente, os quais sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em nível de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade dos equipamentos que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 13.3.2. Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 13.3.3. Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, Edital e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 13.3.4. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização da Contratante.
- 13.3.5. Comunicar à Administração, por escrito, irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento, ou ainda qualquer anomalia de caráter urgente.
- 13.3.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante referentes ao objeto desta licitação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 13.3.7. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições.
- 13.3.8. Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.3.9. Manter preposto, aceito pela Contratante, durante a vigência do contrato, para representá-la administrativamente, prestar assistência técnica autorizada no Brasil quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de peças e acessórios.
- 13.3.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3.11. Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;
- 13.3.12. Prestar os serviços dentro das normas técnicas preconizadas pelo fabricante do equipamento.
- 13.3.13. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da Contratante;
- 13.3.14. Estar o objeto devidamente certificado pela área fiscalizadora de produtos controlados, nos casos em que os objetos tenham essa obrigatoriedade, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 10.826/03 e Decreto 3.665/00.
- 13.3.15. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.
- 13.3.16. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja a responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante"), correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa que Contratada.
- 13.3.17. Entregar manuais, acessórios, certificados, instrumentos e ferramentas, e ministrar treinamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 13.3.17.1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução do fornecimento ou na prestação dos serviços de assistência técnica no Brasil, que não terá qualquer vínculo empregatício com a Contratante.
- 13.3.18. Responder por todos e quaisquer ônus referentes ao fornecimento do objeto do contrato, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, treinamento, decorrentes do objeto do presente contrato, renunciando expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Contratante.
- 13.3.19. No momento da assinatura do contrato, fornecer relação de preços, para todas as peças do equipamento e seus acessórios, para os serviços de assistência técnica, e outros mais que julgar pertinente, discriminando-os.
- 13.3.20. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Contratante, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação do Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.
- 13.3.21. Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações.
- 13.3.22. São Obrigações Operacionais da contratada, entre outros aspectos:
- 13.3.23. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante.
- 13.3.24. Fornecer à Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.
- 13.3.25. Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.
- 13.3.26. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Polícia Federal, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, em até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação do Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.
- 13.3.27. São Obrigações da GARANTIA TÉCNICA da Contratada, entre outros aspectos:
- 13.3.27.1. Transportar, às suas expensas, todos os componentes necessários para o fornecimento dos bens na localidade de entrega designada, e transportar, fornecer alimentação e alojamento aos seus funcionários ou prestadores de serviços na localidade de execução dos treinamentos.
- 13.3.27.2. Manter a administração informada da identificação de seu pessoal e pessoas autorizadas pela CONTRATADA a adentrar nas edificações da CONTRATANTE, bem como prover aos seus funcionários e prestadores de serviço, meios de identificação visual da CONTRATADA, tais como crachás e/ou uniformes.

13.3.27.3. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da CONTRATANTE.

13.3.27.4. Fornecer à CONTRATANTE toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.

13.3.27.5. Informar a CONTRATANTE qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.

13.3.27.6. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

13.3.27.7. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, inclui o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

13.3.28. São proibidas, à CONTRATADA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

13.3.28.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos.

13.3.28.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração.

13.3.28.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

13.3.28.4. outras formas vedadas pelo poder público.

#### 14. TREINAMENTO

14.1. A empresa deverá oferecer treinamento para, no mínimo, 4 operadores que incluam parte teórica e prática para manejo dos equipamentos, manutenção mecânica e elétrica em geral (em nível de usuário), pilotagem e normas de segurança aplicáveis.

14.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas referentes ao treinamento, inclusive transporte, hospedagem e alimentação.

#### 15. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

15.1. Os bens a serem adquiridos deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de sustentabilidade ambiental;

15.2. Os bens a serem adquiridos deverão ainda atender tanto em sua cadeia produtiva quanto de transporte a todas as normas regulamentares existentes, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

15.3. Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

15.4. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

15.5. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá apresentar seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente, bem como apresentar responsável técnico devidamente habilitado.

15.6. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

15.6.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

15.6.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

15.6.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

15.6.4. outras formas vedadas pelo poder público.

#### 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. O representante da Administração atuará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou futura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.3. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes das Políticas Monetária e de Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação das Faturas, Nota Fiscal ou Proforma Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no item relativo ao controle da execução, o artigo 42, caput e §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320/64 e, ainda, a Lei n. 10.192/01 e o Decreto-Lei n. 857/69, na seguinte forma:

19.3.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente.

19.4. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).

19.5. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta) ou por outra instituição financeira indicada pela Contratante que ofereça operacionalização e/ou a relação de custo mais vantajosa dada pelo binômio taxa de câmbio mais taxa de emissão e garantida por banco de primeira linha indicado pelo Licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

19.5.1. O contratado, fornecedor estrangeiro ou nacional, poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificadas no itens 11.2 e 11.3.

19.5.2. Todos as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, ou a outra instituição financeira indicada pela Contratante (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), serão custeadas pela CONTRATADA, oneram e devem constar de modo discriminado em sua planilha/proposta de preços. Tais valores serão suprimidos do valor principal a ser pago pela Administração, posto que serão aplicados na emissão da Carta de Crédito. Caso o valor previsto para a emissão seja maior que o valor efetivamente empregado na emissão, o excedente não será revertido à crédito da CONTRATADA.

19.5.3. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.

19.5.4. O pagamento realizado a licitante brasileira será efetuado em Reais (R\$), e no caso desta oferecer proposta em moeda estrangeira, mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletem de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

19.6. Todas as operações financeiras serão efetuadas por meio do Banco do Brasil S/A ou por instituição financeira indicada pela Contratante conforme item 11.2 e 11.3.

19.7. A cada pagamento ao fornecedor brasileiro, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital bem como identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.18. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.20. No caso da contratada estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a contratante deverá notificar a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa da contratada aceita pela contratante.

19.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas sancionadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.22. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

19.23. No caso de contratada brasileira, quando do pagamento, serão retidos na fonte os tributos elencados na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.

19.24. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:  
 $EM$  = Encargos Moratórios pagamento VP = Valor da parcela em atraso  
 $I$  = Índice de atualização financeira diária =  $TX/365 = 0,06/365 = 0,00016438$  TX = Taxa anual de 6%.

19.26. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de sanção ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.

19.27. Caso haja multa por inadimplemento contratual, esta será descontada da garantia prestada pelo respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

20. **DO REAJUSTE**

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

21. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

21.1.1. Trata-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constitutivos de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.

21.1.2. A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a Contratada e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.

21.1.3. Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para estas empresas é fator substancialmente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços enviados para promover a ampla competição.

21.1.4. Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtêm-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

22. **DA GARANTIA TÉCNICA/CONTRATUAL DOS BENS**

22.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

22.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

22.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

22.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

22.5. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

22.6. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

22.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

22.8. Será admitido também o acréscimo 30 (trinta) dias corridos a mais no prazo de que trata o item anterior, quando o objeto a ser consertado depender de importação de produto controlado previsto no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), contados a partir da expedição da autorização.

22.9. Os prazos e condições operacionais referentes à garantia e prestação de assistência técnica dos bens, complementar à garantia legal, são definidos no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo II do Edital) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia exigida foi estipulada conforme pesquisa de mercado e expectativa de durabilidade razoável dos bens versus frequência de uso.

22.10. Caso os prazos da garantia oferecidos pelo fabricante sejam inferiores aos estabelecidos no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo II do Edital) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, a Contratada deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

22.11. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá ser obrigada a sanar os problemas surgidos no veículo e nas respectivas adaptações, e restituir o veículo em condições de utilização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da comunicação do problema à empresa indicada para a prestação do serviço.

22.12. Caso não seja possível a solução ou conserto dos problemas, a Contratada deverá substituir o item defeituoso por outro em perfeitas condições, a fim de que não haja prejuízo no desenvolvimento das atividades de policiamento.

22.13. O não cumprimento dos prazos estipulados para a solução dos problemas implicará em acréscimo ao prazo de garantia dos veículos, pelo mesmo período que exceder ao prazo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo das outras sanções eventualmente previstas.

22.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

22.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

22.16. Todas as peças, acessórios, ou mesmo os objetos que forem substituídos durante o período de garantia, terão as respectivas garantias previstas renovadas a partir da nova entrega.

22.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual. A vigência do Contrato não exonera a

CONTRATADA do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/90, e alterações – Código de Defesa do Consumidor.


23. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 23.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumadas em decorrência da contratação;
- 23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3. fraudar a execução do contrato;
- 23.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 23.1.5. cometer fraude fiscal
- 23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções
- 23.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 23.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 23.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 23.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 23.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 23.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 23.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 23.3. As sanções previstas nos subitem 23.2.1, 23.2.5, 23.2.6 e 23.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 23.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 23.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 23.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 23.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
24. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 24.1. O valor máximo aceitável dos ITENS/GRUPO consta do Item 1 deste Instrumento.
25. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 25.1. As aquisições correrão à conta de recursos orçamentários provenientes do orçamento do órgão ou mediante convênio, termo de doação ou instrumento congêneres e serão designados quando da efetiva aquisição conforme Sistema de Registro de Preços.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
VINICIUS DE MOURA SECUNDO Agente de Polícia Federal GPI/DREX/SR/PF/RJ	ALINE NOVAIS Papiloscopista Policial Federal Em missão no GPI/DREX/SR/PF/RJ


**APROVAÇÃO - Sr. Ordenador de Despesas**

Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação.


**ORDENADOR DE DESPESAS**




Documento assinado eletronicamente por **ALINE NOVAIS, Papiloscopista Policial Federal**, em 11/11/2020, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DE MOURA SECUNDO, Agente de Polícia Federal**, em 11/11/2020, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TACIO MUZZI CARVALHO E CARNEIRO, Superintendente Regional**, em 11/11/2020, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpi.fpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orcao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpi.fpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0) informando o código verificador **16657849** e o código CRC **4EDD0804**.